

Requisitos Levantados; Relatório Estatístico Atualizado; Plano de Carga) referentes à ferramenta Risk Manager.			
9. Realizar 4 eventos pra o fortalecimento do Sistema Nacional	01.03.2014 a 28.02.2015	10	DMD
de Proteção e Defesa Civil (Conferência, Fórum, Reunião de Coordenadores e Reunião do Conselho).			
10. Realizar 40 capacitações de agentes de proteção e defesa civil*, presenciais ou à distância.  *Agentes de proteção e defesa civil: são os agentes políticos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios responsáveis pela direção	01/03/2014 a 28/02/2015	10	DMD
superior dos órgãos do SINPDEC; os agentes públicos responsáveis pela coordenação e direção de órgãos ou entidades públicas prestadores dos serviços de proteção e defesa civil; os agentes públicos detentores de cargo, emprego ou função pública, civis ou militares, com atribuições relativas a prestação ou execução dos serviços de proteção e defesa civil; e os agentes			
voluntários, vinculados a entidades privadas ou prestadores de serviços			
voluntários que exercem, em caráter suplementar, serviços relacionados à proteção e defesa civil.)			
11. Consolidar relatório semestral das atividades desenvolvidas	28/02/2015	20	DAG
no Departamento, com base no Relatório mensal denominado Resumo das Ações, de modo a subsidiar o processo de alocação de recursos públicos, a política de gastos e a coordenação das ações, gerando insumos para o alcance da meta Global.			

Meta Intermediária		Peso	Unidade Responsável
Descrição	Prazo Previsto		
. Elaborar Relatórios Anuais sobre o acompanhamento e suporte dministrativo à Gestão de contratos, convênios e a execução	28/02/2015	10	CGCC/DPE
reamentária e financeira do PISF.			
. Elaborar relatório anual sobre documentos técnicos e	28/02/2015	10	CGDR/DPE
dministrativos que subsidiou as ações do Conselho Gestor. B. Elaborar relatórios semestrais de execução de atividades dos	28/02/2015	10	CGPA/DPE
Programas Ambientais para atender condicionantes da Licença Ambiental do PISF.			
. Elaboração de relatório semestral de Avaliação de Plano de	28/02/2015	10	CGAPR/DOH
rabalho.  Elaboração de relatório semestral de Controle de	28/02/2015	10	CGAPR/DOH
Condicionantes para efetivação de convênio. Elaborar relatório semestral com informações sobre as			
ormalizações e as atividades referentes às transferências	28/02/2015	10	CGAAC/DOH
oluntárias e obrigatórias.			
. Elaborar relatório bimestral demonstrado as prorrogações	8/02/2015	10	CGAAC/DOH
ealizadas / a realizar. 8. Elaborar relatório quadrimestral relativo à atualização do	28/02/2015	10	CGSOB/DOH
Painel de Monitoramento.	28/02/2015	10	SAAP/CPRA
. Elaborar relatório anual de autuação de processos e registros e documentos no Sistema Integrado de Gestão de Dados -	20/02/2013		STUIT / CI K/I
IGED.  0. Acompanhar e executar acões administrativas da gestão de	28/02/2015	10	SAAP/CPRA
O. Acompanhar e executar ações administrativas da gestão de assagens e diárias, emitindo relatório semestral sobre a missão.			

(\*) Republicada por ter saído no DOU nº 1, de 2-1-2015, Seção 1, pág. 77, com incorreção no original.

# Ministério da Justiça

#### DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DIRETORIA EXECUTIVA COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 4.667, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SE-A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SE-GURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FE-DERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/17075 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve: CONCEDER autorização à empresa CEPAV - CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES S/C., CNPJ nº 20.509.337/0001-36, sediada em Minas Gerais para adquirir

Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército: 1000 (uma mil) Espoletas calibre 12

3796 (três mil e setecentos e noventa e seis) Gramas de

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

#### ALVARÁ Nº 4.684, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SE-GURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FE-DERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/16011 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MANAL MANUTENÇÃO ALAGOANA DE AERONAVES LTDA, CNPJ nº 08.518.482/0001-88 para atuar em Alagoas.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

## SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

# PORTARIA Nº 346, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA SUBSTITU-TO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência de-legada pela Portaria nº 890, de 26 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União, de 05 de junho de 2014, e tendo em vista o que consta do processo nº 08364.000883/2013-63, resolve: RECONHECER E CERTIFICAR, nos termos do artigo 17

do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927/2001, o gozo dos direitos políticos outorgados na Constituição e nas leis do Brasil a MANUEL JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA, natural de Portugal, nascido em 27 de maio de 1945, filho de Joaquim Augusto da Silva e de Teresa Miguel Gonçalves, residente no Estado do Pará, beneficiado com a igualdade de direitos civis, por meio da Portaria nº 199, de 07/02/2012.

FREDERICO DE MORAIS ANDRADE COUTINHO

### PORTARIAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTICA SUBSTITU-TO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe foi atribuída por meio da Portaria/SE nº 1.008, de 19 de junho de 2012, alterada pela Portaria/SE nº 1.136, de 11 de julho de 2012, resolve:

Nº 347 - TORNAR SEM EFEITO o registro inserido na Portaria nº 369, de 08 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2013, que concedeu naturalização a SERGIY KAPUSTYANYK, RNE V352852-A, natural da Ucrânia, nascido em 04 de março de 1978, filho de Kapustyanyk Dmytro Myhailovich e Kapustianik Olena Oleksandrivna, residente no Estado de Minas Gerais, nos termos do § 3º, do artigo 119, da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, tendo em vista a não solicitação do Certificado de Naturalização no prazo de doze meses contados da data da publicação do ato. (processo nº 08354.002187/2012-20).

Nº 348 - TORNAR SEM EFEITO o registro inserido na Portaria nº 262, de 19 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 23 de julho de 2013, que concedeu naturalização a PAULA RA-MIREZ ARENAS, RNE W536994-Y, natural do Chile, nascida em 04 de maio de 1971, filha de Julian Patricio Ramirez Palomino e de Beatriz Josefina Arenas Alfaro, residente no Estado de Minas Gerais, nos termos do § 3º, do artigo 119, da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, tendo em vista a não solicitação do Certificado de Naturalização no prazo de doze meses contados da data da publicação do ato. (processo nº 08354.004830/2012-50).

FREDERICO DE MORAIS ANDRADE COUTINHO

## DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

### DESPACHOS DA CHEFE

A Chefe da Divisão de Nacionalidade e Naturalização, do Departamento de Estrangeiros, da Secretaria Nacional de Justiça, no uso das suas atribuições legais, com fulcro no Art. 1º, da Portaria nº 02, de 21 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2012, resolve: